

# PETRÓLEO & GÁS BRASIL

Análise da Conjuntura das Indústrias do Petróleo e do Gás – Janeiro de 2003 - Ano 4 – n.1

Grupo de Economia da Energia – Instituto de Economia - UFRJ

[www.ie.ufrj.br/infopetro](http://www.ie.ufrj.br/infopetro)

**Apresentação**

**E**ste número do *Petróleo & Gás Brasil* traz uma nova seção. A partir deste exemplar, nosso boletim trará um editorial que abordará os assuntos mais pertinentes do mês em questão. O deste número trata das perspectivas de mudanças da política energética no novo governo.

No primeiro artigo em “Petróleo-Mercado”, Professores Helder Pinto Junior e Mariana Iooty analisam a estrutura do mercado internacional de petróleo e os impactos da maior consolidação na indústria nos preços do produto. A onda de fusões e aquisições no setor na última década não impediu a elevação da concorrência no mercado internacional, devido a subsequente privatização de estatais em países como a Itália e a Noruega e a maior pressão sobre as estatais para serem competitivas no mercado mundial. Na hipótese de que o conflito entre os EUA e o Iraque não resulte numa prolongada redução de produção, podemos esperar excesso de oferta em relação à demanda no futuro, o que conterà a alta do preço do petróleo.

Após a análise da estrutura do mercado mundial, o Professor Edmar de Almeida, juntamente com os pesquisadores Rafael Pertusier e Leandro Araújo focalizam no mercado de E&P no Brasil. Este artigo aponta que apesar da falta de grandes descobertas nas bacias brasileiras desde a abertura do mercado, ainda é cedo para chegar a conclusões sobre o potencial do E&P brasileiro. O Programa Exploratório Mínimo (PEM) da maioria dos blocos em explora-

ção entra na fase de perfuração em 2003. Assim, não é justo associar o interesse das grandes petrolíferas nos últimos leilões aos resultados do esforço de exploração até o momento. O artigo aponta também que o grande número de blocos concedidos na rodada zero e o forte interesse pelas primeiras rodadas resultará numa certa concentração do esforço exploratório no período de 2003 a 2005.

Por final, no Ensaio do Mês a Professora Valeria da Vinha e a pesquisadora Paula Rubea tratam dos esforços do Grupo Shell em adaptar-se às mudanças na opinião pública sobre o meio ambiente e os direitos humanos durante as últimas três décadas. Com operações em 130 países, o Grupo Shell visa padronizar sua conduta como empresa e entidade social, com fins de responder a crítica de que a empresa, e a indústria petrolífera em geral, não respeita os direitos sociais e ambientais em todas as regiões em que opera. Através de documentos como a “Declaração de Princípios Gerais de Negócios” e a “Carta de Meio Ambiente, Saúde e Segurança”, o Grupo espera superar esta crítica, e restaurar a confiança de um mundo mais suspeito do comportamento das grandes conglomerados multinacionais.

As opiniões expressas neste boletim refletem tão somente os pontos de vista dos autores dos artigos, e não representam o posicionamento das instituições envolvidas neste projeto.

## EQUIPE

### Secretário Executivo:

Edmar Luiz F. de Almeida

### Conselho Editorial

Edmar Luiz F. de Almeida

Carmen Alveal

Helder Queiroz Pinto Jr.

Ronaldo Bicalho

### Colaboradores

Leandro dos Reis Araújo

Mariana Iooty

Paula Rubea

Rafael R. Pertusier

Valeria Vinha

### Edição

Nicholas Trebat

Rafael R. Pertusier

## NESTA EDIÇÃO

### Petróleo

Editorial ..... 2

A Estrutura do Mercado de Petróleo e o Comportamento

dos Preços do Petróleo ..... 3

Perspectivas para o Setor de Exploração e Produção ..... 6

**Fatos Marcantes do Mês** ..... 9

### Ensaio do Mês

A Política de Desenvolvimento Sustentável do Grupo Shell e

o Desafio de Superar "Padrões Duplos" ..... 12

**Anexo Estatístico** ..... 14

### Contato

Tel: (21) 3873-5272

Fax: (21) 2541-8148

e-mail: [infopetro@ie.ufrj.br](mailto:infopetro@ie.ufrj.br)

### Apoio

ONIP / FINEP / FNDCT / CTPETRO

## Editorial

O resultado do último pleito eleitoral expressou a vontade da sociedade brasileira de mudar os rumos do país, colocando a retomada do desenvolvimento, a redução das desigualdades e a preservação do meio ambiente como eixos da construção do futuro. Nesta nova construção, a negociação entre os diversos interesses existentes desempenha um papel fundamental; administrando os conflitos e gerando os consensos necessários à desobstrução dos caminhos que levam ao futuro desejado.

Nesta perspectiva, a negociação do reordenamento institucional do setor energético surge, de forma imperativa, como um passo incontornável na superação dos impasses que emergiram do processo de reforma iniciado na década passada.

Ancoradas na tentativa de ampliar a participação do investimento privado e a competição no setor energético, as reformas institucionais e estruturais subestimaram a necessidade crescente de coordenação setorial - fruto da própria natureza dessas reformas, caracterizadas pelo aumento da interdependência entre os setores e entre um número cada vez maior de distintos agentes. Isto suscitou, ao longo dos últimos anos, incerteza quanto à estabilidade das regras e à credibilidade das instituições governamentais responsáveis pelo setor. Nesse contexto, o processo de tomada de decisão de investimentos privados ou públicos foi seriamente comprometido.

A partir desta herança, torna-se importante a redefinição das estruturas hierárquicas entre as ações vinculadas ao papel do Ministério, das agências de regulação e do conjunto de agentes econômicos que atuam no setor energético. O papel do Estado no processo de implementação de novos desenhos institucionais é crucial.

No âmbito deste processo de reordenamento institucional, espera-se que seja reservado um espaço privilegiado para a formulação da política energética. Política energética que deve ter como objetivo primordial: a garantia do suprimento energético necessário ao desenvolvimento econômico e ao bem estar da sociedade brasileira, agora e no futuro.

Neste sentido, a liderança do Executivo, em particular do Ministério de Minas e Energia, na coordenação e na criação de espaços de negociação para a gestão de conflitos e produção de consensos torna-se fundamental. A tarefa nada tem de trivial, pois será crucial reunir e fortalecer, num prazo muito exíguo, uma capacitação técnica e de negociação compatível com a estatura desse desafio.

Três questões-chaves, relacionadas com a garantia do suprimento energético, requerem ser encaminhadas com relativa urgência. *Primeiro*, sinalizar a estrutura do mercado de energia desejável no médio e longo prazos, aspecto que envolve tanto a diversificação das fontes na matriz de energia, o papel e o lugar das operadoras estatais e privadas, bem como os graus de integração aceitáveis e/ou desejáveis das empresas.

*Segundo*, definir o padrão de financiamento da expansão, enfatizando a política de preços, a tributação e os instrumentos de política tecnológica compatíveis com a saúde financeira de longo prazo dos empreendimentos e com a renda dos consumidores.

*Terceiro*, redefinir a importância estratégica do setor energético no processo de integração regional no âmbito do Mercosul e da América do Sul, ampliando a flexibilidade de suprimento e incrementando o comércio externo de energia com os países vizinhos. Entretanto, vale lembrar que a integração regional deverá esbarrar num conjunto mais amplo de novas restrições, externas e internas, mais complexas que as do passado.

São de estatura os desafios mediatos e imediatos colocados ao tema energia na agenda de construção futura do novo governo, cujo enfrentamento exigirá cautela e ousadia para percorrer a distância entre o possível e o desejável. A redução desta distância depende, de forma crucial, da capacidade do governo, e da própria sociedade, de inovar na construção de espaços de coordenação que produzam um desenho institucional que sustente o desenvolvimento de longo prazo do setor energético brasileiro.

## A Estrutura do Mercado de Petróleo e o Comportamento dos Preços

Uma vez mais as questões de natureza geopolítica vêm influenciando as expectativas referentes à formação de preços internacionais do petróleo. As diferentes análises que surgem em momentos de turbulência focam, como é de se esperar, nos problemas de curto-prazo e nas possibilidades de ruptura de oferta. Estes fatores são certamente relevantes. Porém, cabe levar em consideração igualmente o leque de mudanças estruturais que vêm transformando a indústria petrolífera mundial ao longo dos últimos anos.

Assim, a análise do comportamento dos preços do petróleo deve ser precedida da consideração de três principais vetores de mudanças estruturais e institucionais que marcaram a última década. Sem deixar de negar a importância dos fatores de natureza geopolítica sobre o comportamento dos preços, vamos realçar aqui a influência destes vetores sobre a indústria petrolífera mundial.

**Primeiro**, o movimento de fusões e aquisições (F&A) ocorrido na década passada no setor de petróleo representou a consolidação de *supermajors*, como a ExxonMobil, ChevronTexaco, TotalFinal-Elf, e BP-Amoco. Neste contexto, há de se considerar ainda operações de F&A entre empresas privadas de porte médio, como a ConocoPhillips. Através destas transações, as companhias privadas vêm, por um lado, elevando suas escalas de produção em comparação com as estatais, nas atividades de *upstream*. Por outro lado, essas mesmas companhias estão ampliando as vantagens detidas no segmento de *downstream*. Com isso, elas vêm subindo de posição no ranking das maiores do setor; de fato, como demonstra o ranking da Petroleum Intelligence Weekly (PIW) publicado em dezembro de 2002, (referência 2001), as referidas *supermajors* resultantes de F&A, juntamente com a Shell, estão entre as 10 maiores.

Todavia, este movimento de F&A, e a conseqüente formação das *supermajors* privadas, não reduziu a competição no setor a nível global. Pelo contrário, o que se observou a partir deste processo nos anos 90 foi uma elevação da concorrência no setor. Isto se explica pelo surgimento de novas companhias originadas de processos de privatização em alguns países da OCDE, como Itália e Noruega, e pelo aumento da pressão sobre as empresas estatais no sentido de atuar de forma mais agressiva no mercado mundial.

Neste sentido, cabe destacar ainda o surgimento de um grande número de novas companhias, muitas delas privatizadas ou em processo de alienação de capital, na China e nos países que integravam a antiga União Soviética. De acordo com informações da PIW, o maior número de empresas no ranking das top-50 de 2001 é de origem russa, sendo que outras repúblicas da antiga União Soviética juntamente com a China possuem 14 empresas nesta mesma listagem. Deste modo, parece bastante razoável constatar que a emergência destas empresas vem contribuindo também para o aumento da concorrência no cenário global do setor, ao reduzir, lentamente, o domínio das empresas norte-americanas e as tradicionais empresas de domínio estatal.

**Segundo**, este processo de intensificação da concorrência no setor vem produzindo impactos também em países-membros da OPEP, refletindo-se em mudanças, até então inimagináveis, de regras para concessões e parcerias, ocasionando um aumento, ainda que tímido, da participação do capital estrangeiro em países como Arábia Saudita e Venezuela. O que se retira deste cenário é a perspectiva, em longo prazo, de ampliação da participação de empresas estrangeiras nestes países, o que significaria um retorno, ainda que em menor escala, à situação observada antes da criação da OPEP.

Isto é explicado, em grande parte, pela necessidade de financiamento dos investimentos na expansão da capacidade de oferta de diferentes países, uma vez que a capacidade ociosa, à exceção da Arábia Saudita, foi sendo reduzida. Desse modo, se a participação de empresas estrangeiras for efetivamente sendo ampliada, poder-se-á observar no futuro uma diminuição do poder de manobra referente à adoção de estratégias colusivas por parte dos principais países produtores.

**Terceiro**, há de se considerar o comportamento recente das estruturas de oferta e de demanda mundial de petróleo, em particular a demanda por importações de petróleo dos EUA. É importante notar que, no período 1990-1999, a demanda norte-americana pelo produto saltou de aproximadamente 17 milhões de barris/dia, em 1990, para 19,5 milhões. O crescimento médio de cerca de 1,5 % ao ano coincidiu com a expansão da economia norte-americana, que na mesma década apresentou uma taxa média de crescimento

**Mercado**

do PIB real de 3,1% ao ano. Porém, vale notar que não obstante o ritmo modesto de crescimento da demanda, os EUA registraram um forte aumento das importações de petróleo, apresentando uma taxa média de crescimento anual de 3,8%. A este respeito, é de extrema importância ressaltar a elevação da participação dos países não-OPEP como origem do petróleo importado pelos EUA, tendo passado de 46%, em 1991, para 54% em 1999.

A partir do ano 2000, observou-se uma redução no ritmo de crescimento da economia norte-americana: a taxa média de crescimento anual do PIB real foi de 1,1% no triênio 2000-2002. Este desempenho foi acompanhado por uma redução da expansão da demanda norte-americana por óleo cru: no mesmo período, as importações dos EUA por petróleo cresceram a uma taxa anual média de 1,87%. A composição da origem destas importações mantém o traço observado na última década, com participação média de 44% dos países não participantes da OPEP.

Com base no levantamento deste três vetores de mudanças da indústria petrolífera mundial, é possível visualizar algumas tendências a respeito das condições de oferta e demanda por petróleo no mercado mundial. A perspectiva, ainda que num prazo mais longo, de perda do controle de uma parcela das respectivas capacidades de produção nacionais por parte dos países da OPEP, somada ao imediato cenário internacional de elevada competição, tenderia a dificultar a adoção de políticas de controle de preços, via redução de

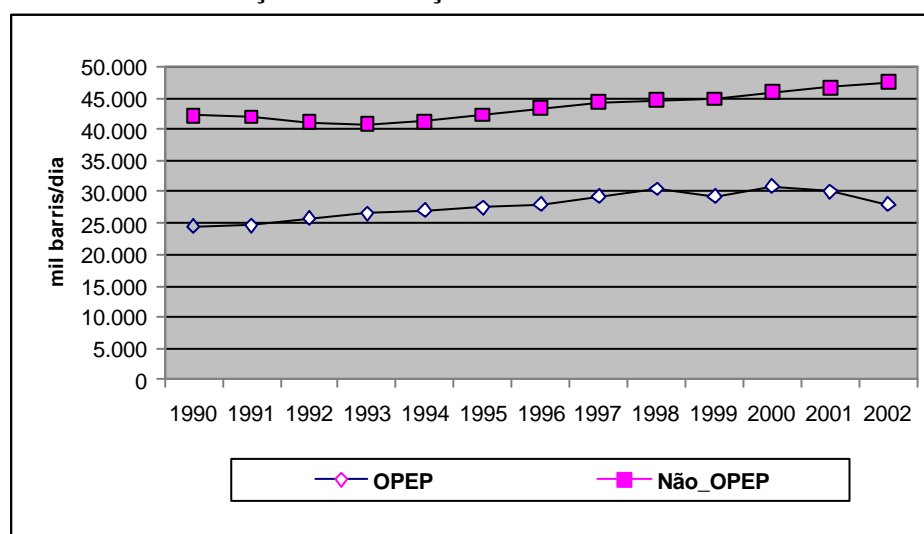
produção, por parte dos países da OPEP, assim como a tentativa de acordo entre estes países e os países não-OPEP. Esta dificuldade tende a ser ainda maior ao se observar :

- A existência de divisões internas ao cartel da OPEP, onde alguns países, como Iraque, Irã, Nigéria e Venezuela dependem demasiadamente das receitas de exportação de petróleo para financiar suas dívidas;
- A elevação da participação dos países não-OPEP sobre a produção mundial de petróleo (*vide* gráfico abaixo e Boletim Petróleo & Gás Brasil, agosto 2002);
- O fato da economia norte-americana – a maior demandante individual de petróleo bruto (respondendo por 25% da demanda mundial) – estar encontrando dificuldades para sair da recessão iniciada no ano 2000.

Deste modo, não parece difícil imaginar um cenário marcado por contornos de excesso de oferta e demanda retráida no mercado mundial, o que contribuiria para limitar aumentos contínuos nos preços.

A previsão acerca das cotações do petróleo não pode, todavia, se esgotar na análise destes fundamentos de mercado. Como mencionamos de início, há de se ressaltar também os aspectos geopolíticos que sempre atuaram de maneira importante na determinação do preço. Num futuro próximo, possíveis questões de natureza geopolítica podem influenciar os preços.

**Gráfico 1: Evolução da Produção de Petróleo: OPEP x Não-OPEP**



Fonte: Infopetro

**Mercado**

Primeiramente, o conflito, cada vez mais iminente, entre EUA e Iraque que pode prejudicar a produção em países próximos no Oriente Médio. Do mesmo modo, um agravamento estrutural do conflito entre Israel e o Estado Palestino poderia acarretar num alinhamento estratégico por parte dos países árabes produtores no sentido de reduzir explicitamente a produção. Por sua vez, o aprofundamento da crise política na Venezuela, responsável por 4,9% das exportações de petróleo, pode também comprometer a oferta mundial de óleo cru, dado que qualquer retomada de produção no país, mesmo no caso de uma eventual solução a curto prazo, levaria um certo tempo até sua normalização efetiva.

Estes fatores tendem a contrabalançar a tendência altista de preços, ainda mais se é considerado o fato de que qualquer elevação contínua das cotações tende a estimular a produção interna do óleo nos EUA por parte das empresas

independentes, o que poderia ser utilizado para reduzir a necessidade de importações do país.

Desta maneira, num contexto de deflagração da guerra EUA-Iraque, é possível esperar que as expectativas quanto à duração e resultado do conflito influenciem os preços e conduzam a uma elevação no curto prazo, fomentada por um incremento da demanda por *hedge* no mercado futuro. Entretanto, os traços estruturais da oferta e da demanda tendem a atenuar este aumento e podem, inclusive, derrubar os preços após o fim da incerteza gerada pelos fatores geopolíticos.

**Helder Queiroz Pinto Junior**  
Prof. GEE-IE-UFRJ

**Mariana Iootty**  
Prof. Associada GEE-IE-UFRJ



## 2º Congresso Brasileiro de P&D em Petróleo e Gás

**Centro de Convenções do Hotel Glória, Rio de Janeiro, de 15 a 18 de junho de 2003.**  
<http://www.ie.ufrj.br/2pdpetro/>

O Congresso contará com sessões de conferências plenárias, sessões para apresentação de trabalhos orais e na forma de pôster. Estão previstos minicursos para estudantes e mesas redondas para discussão de assuntos de interesse do setor, entre eles:

- 1 - EXPLORAÇÃO
- 2 - EXPLOTAÇÃO
- 3 - TRANSPORTE
- 4 - PROCESSAMENTO
- 5 - GÁS
- 6 - SEGURANÇA E MEIO-AMBIENTE
- 7 - REGULAÇÃO, GESTÃO E QUALIDADE
- 8 - ECONOMIA DO PETRÓLEO E DO GÁS
- 9 - CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA

## Perspectivas para o Setor de Exploração e Produção

Desde a abertura, o *upstream* tem sido o palco das maiores mudanças do setor de petróleo no país, respondendo pela maior parte dos investimentos e dos novos agentes e servindo como indicador da atratividade do mercado brasileiro.

Nas duas últimas rodadas de licitação da ANP, muito se discutiu sobre a aparente queda da atratividade do *upstream* brasileiro (vide *Petróleo & Gás Brasil*, junho 2002). Um dos argumentos adiantados para esta queda foi a escassez de boas notícias em relação a descobertas. Como veremos a seguir, este argumento não se sustenta quando analisamos de forma mais rigorosa a evolução do esforço exploratório brasileiro nos últimos 4 anos.

### Evolução do Esforço Exploratório

Uma análise mais criteriosa do esforço de exploração no Brasil deixa claro que até 2003 ainda era cedo para se esperar notícias referentes à declaração de comercialidade de novas descobertas. Para demonstrar a afirmação acima, é necessário antes recordar as regras dos contratos de concessão de blocos para exploração no Brasil.

O tempo de concessão de um bloco é dividido em dois ou três períodos de 2 a 4 anos cada um. O período total de concessão varia de 7 a 9 anos. No primeiro período, em geral de 3 anos, o Programa Exploratório Mínimo (PEM) determina a quantidade mínima de sísmica que cada empresa (ou consórcio) deverá executar ao longo do mesmo.

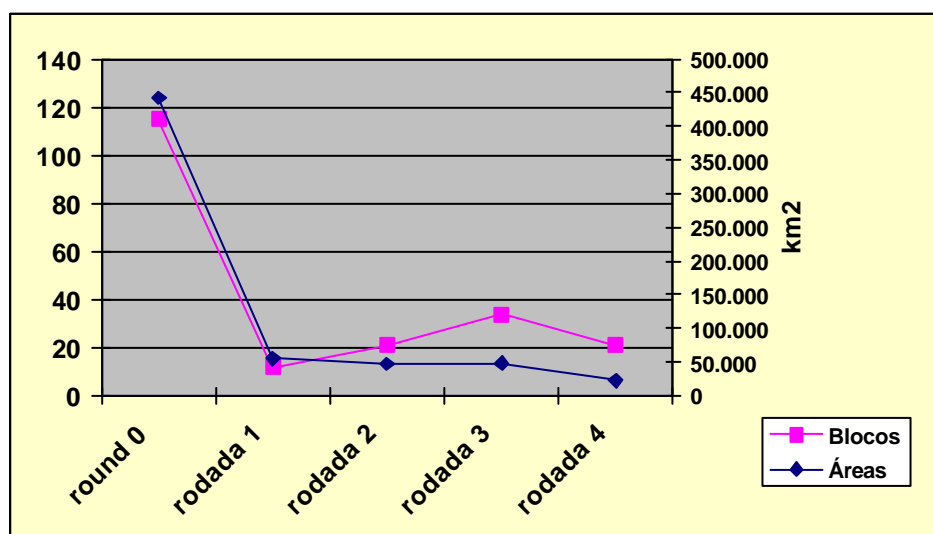
No(s) período(s) seguinte(s), o PEM determina a quantidade mínima de poços a serem perfurados e não mais a quantidade de sísmica.

A partir da abertura do *upstream* brasileiro, já foram realizadas quatro rodadas de licitação. Estas quatro rodadas se somam à rodada zero realizada em 1998, onde 115 blocos foram concedidos à Petrobras sem concorrência pública. Destes 115, 58 foram devolvidos em agosto de 2001.

Podemos observar no gráfico 2, o número de blocos concedidos à estatal na rodada zero foi muito expressivo quando comparado aos números de bloco concedidos nas outras licitações. Isto representou para a empresa a necessidade de se engajar num grande esforço exploratório, razão pela qual a empresa buscou se associar a petroleiras estrangeiras em muitos dos blocos concedidos nesta rodada. Cabe salientar o caráter excepcional desta rodada de concessões, onde a elevada quantidade de blocos concedidos à Petrobras se explica pela necessidade de uma transição para o novo sistema de concessões através de licitações públicas.

A partir da análise do PEM, é possível estimar a evolução do esforço exploratório nos blocos concedidos nas últimas cinco rodadas de licitação, em termos de sísmica e número de poços perfurados. É importante salientar que a rodada zero não teve PEM definido. Entretanto, o programa de exploração anunciado pela Petrobras é bastante parecido com o PEM das primeiras rodadas competitivas. Desta forma, é possível estimar a

Gráfico 2 – Evolução do número de blocos e da área concedida no Brasil (1998 a 2002)



Fonte: elaboração própria a partir de dados da ANP

quantidade mínima de sísmica e poços perfurados até 2005.

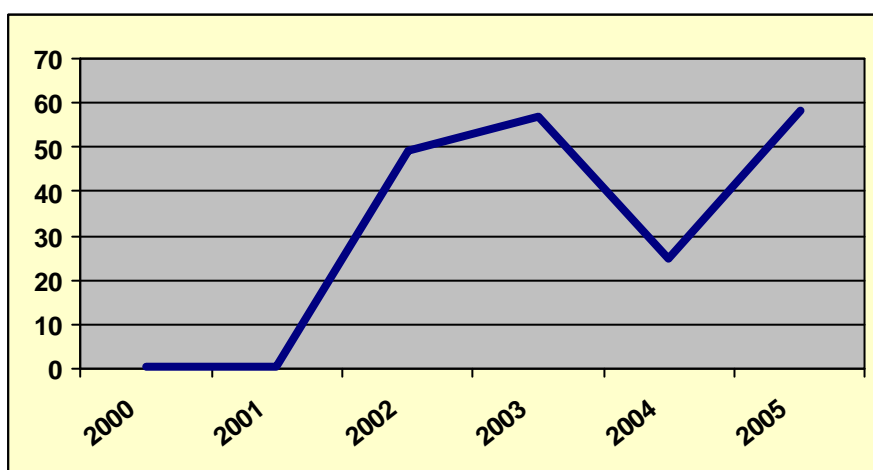
Como podemos verificar nos gráficos 3 e 4, o esforço exploratório no período entre 1999 e 2002 corresponde basicamente ao período de levantamento de dados sísmicos. Como as descobertas só ocorrem com a perfuração, é normal que não tenhamos notícias de descobertas neste período. Nos anos posteriores, há um declínio da quantidade mínima de sísmica com o término do primeiro período das rodadas. No entanto, as novas rodadas de licitação devem contribuir para aumentar a demanda por sísmica no país em 2004 e 2005.

O gráfico 4 mostra que, a partir de 2002, o esforço exploratório no Brasil entra na fase de perfuração. Com o aumento das perfurações partir

de 2002, pode-se esperar um crescimento significativo na quantidade de descobertas e, eventualmente, de incorporação de reservas a partir deste ano. Se, até o final de 2002, as declarações de descobertas de petróleo eram reflexo da exploração da rodada zero, a partir de 2003 começam a surgir resultados das outras rodadas de licitação. A probabilidade de declaração de descobertas é diretamente proporcional ao número de poços perfurados. Assim, é mais provável que as boas notícias esperadas por todos cheguem entre 2003 e 2005.

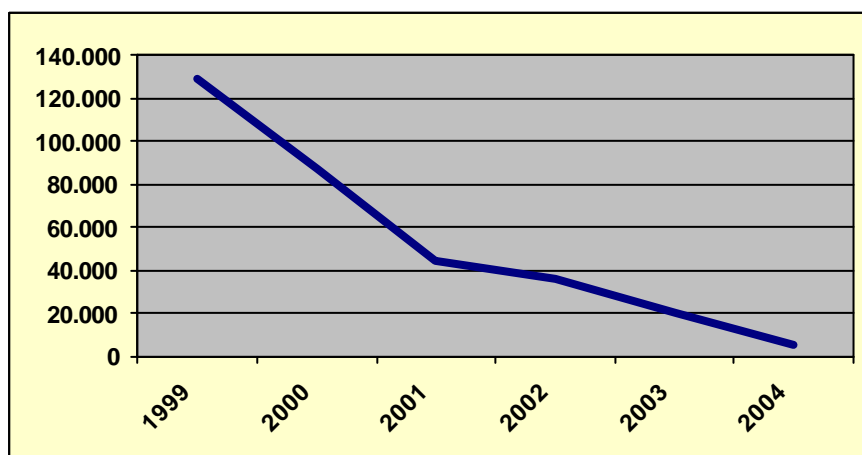
Cabe ainda salientar que a declaração de descoberta não permite um dimensionamento correto do significado econômico da mesma. Em geral, a partir dos primeiros poços perfurados, as empre-

**Gráfico 3: Evolução do Número de Poços Exploratórios Perfurados no Brasil no PEM**



Fonte: elaboração própria a partir de dados da ANP

**Gráfico 4: Projeção de Sísmica (km<sup>2</sup>) no PEM**



Fonte: elaboração própria a partir de dados da ANP

sas anunciam a descoberta de indícios de petróleo. Para saber o real significado destes indícios é necessário testar e perfurar mais poços, o que leva tempo.

Com relação à declaração de comercialidade das novas descobertas, cabe destacar que, de acordo com os editais de licitação da ANP, as operadoras têm 180 dias para entregar à Agência o plano de desenvolvimento dos campos sob concessão a partir da declaração de comercialidade. Ademais, enquanto as declarações de descoberta de indícios de petróleo e/ou gás obedecem a regras que obrigam sua comunicação imediata, as declarações de comercialidade são feitas em função de estudos de viabilidade realizados pelas empresas operadoras, o que se traduz em um incentivo para seu adiamento até o prazo final de entrega do bloco. Assim sendo, a inexistência de declaração de comercialidade nos blocos adquiridos nas etapas de licitação da ANP não deve representar, *à priori*, o verdadeiro resultado do esforço exploratório. Há que se aguardar a datas de devolução dos blocos com a expiração do prazo do contrato de concessão para se verificar estes resultados.

O programa de exploração referente à rodada zero termina em 2003. A partir deste ano, é de se esperar que os agentes do *upstream* atentem mais para a ocorrência de descobertas como indicador para sua atuação futura no esforço exploratório. Ou seja, Até o presente momento, o histórico de descobertas ainda não pesa sobre a decisão de novos investimentos.

### As Próximas Rodadas de Licitação

As três primeiras rodadas de licitação da ANP foram marcadas pelo grande interesse das empresas estrangeiras - em particular as *supermajors*, atraídas pelo processo de liberalização do mercado. A necessidade das empresas se posicionarem

no mercado brasileiro se refletiu nos bônus obtidos nessas rodadas. Em contrapartida, o forte comprometimento com o esforço exploratório dos blocos arrematados nas primeiras três rodadas resultou na redução do interesse destas empresas na quarta rodada (confira tabela 1).

Tendo em vista esta tendência de redução do interesse das grandes empresas de petróleo, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) resolveu adotar um novo sistema de concessão onde os grandes blocos foram substituídos por células de dimensões menores (vide *Petróleo e Gás Brasil*, setembro, dezembro, 2002). Essa modificação, somada ao oferecimento de células em áreas de menor risco geológico, tende a atrair as empresas ditas independentes, de pequeno e médio porte.

Algumas conclusões podem ser extraídas do que foi colocado acima. Em primeiro lugar, não é justo associar o interesse das grandes petroleiras nos últimos leilões aos resultados do esforço de exploração, tendo em vista o caráter preliminar destes. Segundo, o grande número de blocos concedidos na rodada zero e o forte interesse pelas primeiras rodadas resultará numa certa concentração do esforço exploratório no período de 2003 a 2005. Terceiro, as grandes empresas petroleiras estarão atentas aos resultados deste primeiro ciclo do esforço de exploração para calibrar uma política de investimentos sustentável na exploração de petróleo no país. Assim, dependendo dos resultados obtidos a partir de 2003, existe a possibilidade do surgimento de um novo ciclo de investimentos em patamares elevados a partir de 2004 e 2005.

**Edmar de Almeida** - Prof. GEE-IE-UFRJ  
**Leandro Araújo** - IE-UFRJ/Bolsista ANP  
**Rafael R. Pertusier** - Mestrando IE-UFRJ  
 Economista Petrobras

Tabela 1 - Número de Blocos Adquiridos por Grandes Operadoras Privadas

	Rodada 1	Rodada 2	Rodada 3	Rodada 4	Total
ExxonMobil	2	0	1	0	3
Shell	1	4	4	2	11
BP	1	0	0	0	1
ChevronTexaco	3	2	0	0	5
TotalFinaElf	0	0	1	0	1
Agip	4	0	0	0	4
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>25</b>

Fonte: ANP



## Fatos Marcantes do Mês

### ***Petrobras Fecha Capital da BR Distribuidora***

Com a aceitação de 99,99% dos acionistas minoritários, a Petrobras conseguiu fechar o capital da BR Distribuidora com permuta de ações entre a empresa e subsidiária. A decisão de fechar o capital da BR teve um objetivo estratégico: integrar a distribuição de combustíveis ao restante da companhia, a exemplo de como é feito no mercado internacional.

### ***Petrobras faz Descoberta Importante***

A Petrobras realizou descoberta de um novo campo de petróleo na Bacia de Campos, com reservas de aproximadamente 120 milhões de barris de petróleo. O poço descobridor, denominado 9 MLL-3 (em lâmina d'água de 980 metros), localiza-se próximo ao Campo de Marlim Leste, a 95 kms offshore e com profundidades variando de 900 a 2.000 metros, que integra o complexo de Marlim, o maior da bacia. Com a nova descoberta, Marlim Leste deverá produzir cerca de 140 mil barris de óleo por dia, quase a quarta parte do complexo Marlim, que totaliza 600 mil barris por dia. Pelos estudos do plano de desenvolvimento, o início da produção está estimado para 2006. Testes preliminares indicam que o petróleo descoberto é de natureza pesada, com 20° API.

### ***Petrobras Fecha 2002 com Aumento Significativo de Reservas e Produção***

A produção de petróleo e gás natural da Petrobras teve crescimento de 12% em 2002, atingindo média diária de 1,754 milhão de barris de óleo equivalente, segundo comunicado da estatal. No fechamento do ano, as reservas estavam em 11 bilhões de barris de óleo equivalente, quase 14% superiores ao volume registrado em 2001. A Petrobras destacou, também, as descobertas em 2002 no litoral do Espírito Santo, nos campos de Jubarte e Cachalote, com reservas estimadas no total de 900 milhões de barris de óleo equivalente, a quarta maior reserva do país.

### ***Apesar da Retórica de Duhalde, Argentina Não Deve Vetar Compra da Perez Companc***

Apesar do teor das declarações do presidente argentino Eduardo Duhalde, que disse ter "sérias dúvidas" quanto à venda da Perez Companc à Petrobras (vide Petróleo & Gás Brasil, julho 2002),

não há possibilidade de veto sobre a operação. Segundo Buenos Aires, não haveria objeção à venda dos ativos de E&P, mas, com relação à venda de ativos da Pecom Energía na Transportadora de Gás do Sul e nas empresas de eletricidade Transener e Edesur, técnicos da comissão argentina anti-monopólios consideraram haver questões de concorrência entre ambos os países que poderiam prejudicar o mercado interno daquele país.

### ***Prazo de Entrega das Propostas da P-51 e P-52 é Adiado Novamente***

A Petrobras decidiu adiar por um mês o prazo de entrega das propostas da licitação para a construção das plataformas P-51 e P-52, para os campos de Marlim Sul e Roncador. Para o módulo de compressão de gás, a data foi alterada para 12 de fevereiro. Em relação ao módulo de geração de energia, o novo prazo de entregas de propostas é 19 de fevereiro. Por fim, a construção e integração do casco e da planta de processo/utilidades foi adiada para o dia 26 de fevereiro.

O presidente da Petrobras, Eduardo Dutra, afirmou que a Petrobras vai levar em consideração os requisitos técnicos para a escolha da empresa encarregada de construir novas plataformas de petróleo, ressaltando que cabe ao governo, e não à empresa, fazer política industrial.

### ***OPEP Aumenta Produção para Conter Alta do Barril***

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo decidiu aumentar em 6,5% as cotas de produção de petróleo para conter as pressões de alta do barril de petróleo (já acima do teto ótimo e 28 da OPEP) em função da greve na Venezuela e das expectativas de que uma guerra entre EUA e Iraque se aproxima. No último encontro dos ministros de petróleo dos países membros foi acordado o aumento em 1,5 milhões bpd. A atitude da Organização visa consolidar suas declarações com o compromisso de fornecimento de petróleo no caso da eventual interrupção da exportação do Iraque.

### ***Produção Venezuelana de Petróleo Volta a Crescer***

Apesar da crise política, no dia 28 de janeiro, a produção da PDVSA conseguiu atingir a marca de 1 milhão de barris. Embora muito inferior à pro-

dução da estatal antes da greve que começou dia 2 de dezembro (em condições normais, a PDVSA estaria exportando 2,5 milhões bpd), o montante produzido no dia 28 sugere o enfraquecimento do apoio à greve. De acordo com a Receita Venezuelana, as exportações atingiram recentemente 800.000 bpd.

Tentando retomar controle sobre a empresa, Chávez já demitiu mais de 5.000 funcionários. Contudo, executivos da empresa consideram as demissões uma tática de curto prazo cujo efeito acabará por ser prejudicar tanto a PDVSA quanto o governo. Bancos de investimento concordam com esta avaliação, prevendo um colapso na atividade econômica do país de 40% no primeiro semestre de 2003.

### ***Produção Venezuelana de Gás Natural Sofre Impactos da Crise***

A produção do gás na Venezuela também tem sofrido os efeitos do conflito, e a queda na produção do produto revela não somente a importância do gás para o consumo doméstico, mas também para a produção do próprio petróleo. Dos 170 bilhões de metros cúbicos produzidos no país, 32% é reinjetado para extrair o óleo extremamente pesado (10° a 17° API) encontrado nas bacias venezuelanas.

### ***BG Obtém Capacidade no Gasoduto Brasil-Bolívia***

A BG Brasil anunciou um acordo com a Petrobras concedendo a empresa inglesa parte da capacidade da estatal no Gasoduto Brasil-Bolívia (10,95 bilhões m<sup>3</sup>). De acordo com o anúncio, é a primeira vez que uma empresa privada aproveita da lei de livre acesso ao gasoduto, decretado na Lei de Petróleo de 1997, para assinar um acordo de longo prazo. A BG continuará suprindo gás para a Comgás, distribuidora em São Paulo na qual detém participação majoritária (60,5%).

BG também renovou o Acordo da Venda do Gás (*Gas Sales Agreement*) com a Comgás, porém em volume 70% menor do que o do contrato que terminou em 2002. Começando em 2003, a maior parte do gás natural da Comgás será fornecido pela Petrobras. Em outubro de 2002 a BG importou 1,7 milhões de m<sup>3</sup>/dia em média.

### ***El Paso Descobre Petróleo na Bahia***

A norte-americana El Paso fez notificação à Agência Nacional do Petróleo (ANP) da descoberta de petróleo e gás na bacia de Camamu, no bloco BM-CAL-4. Trata-se do primeiro caso em que constatou a unitização de um reservatório no Brasil. Isso significa que, depois da perfuração do poço BAS-131, foram encontrados dois reservatórios. O que está na parte inferior se estende para dentro do bloco vizinho, o B-CAM-40 - que é operado pela Petrobras em associação com a Queiróz Galvão e a Petroserv. A constatação da unitização vai exigir a criação de uma legislação específica pela Agência, que deverá definir quem será o operador do reservatório.

### ***BR Concede Crédito à Companhia Aérea***

A BR Distribuidora, da Petrobras, voltou a conceder crédito à Varig para a compra de combustível para sua frota de aviões. Em sérias condições financeiras, a companhia aérea conseguiu pagar R\$100 milhões em dívidas para a BR através da execução de recebíveis, fazendo com que a distribuidora de combustíveis retomasse um relacionamento comercial normal com aquele cliente. O acordo entre a distribuidora e a Varig é um contrato de longo prazo cujas parcelas ainda não venceram. Por isso a empresa é considerada adimplente. Segundo a BR, a dívida da companhia aérea com a distribuidora está em R\$ 140 milhões.

### ***Petrobras Afirma Não Temer Reajuste no Preço dos Combustíveis***

José Eduardo Dutra, novo presidente da Petrobras, afirmou que a estatal não hesitará em aumentar os preços dos combustíveis se for necessário um reajuste por causa do preço do petróleo. Dutra ressaltou que se o preço do petróleo disparar, o reajuste ocorrerá mesmo que o governo ainda não tenha fixado as diretrizes da política do setor. Tal atitude beneficiará os acionistas minoritários da empresa, embora prejudique os consumidores (vide Petróleo & Gás Brasil, setembro, outubro, novembro 2002).

# Petróleo & Gás no Brasil

## Novas Perspectivas, Novas Propostas, Novos Agentes

Terça-feira 29 e quarta-feira 30 de abril, 2003 - Hotel Sofitel, Salvador, Bahia, Brasil

Na sua quarta Conferência Internacional Oficial, a **Agência Nacional do Petróleo – ANP** apresentará as propostas de investimentos nos novos blocos oferecidos na Quinta Rodada de Licitações para empresas independentes de pequeno e médio portes.

A Conferência será estruturada de modo a criar um fórum de intercâmbio de idéias e informações entre os formuladores de política e os novos agentes nacionais e internacionais, que poderão indagar sobre questões relativas aos investimentos nas novas áreas oferecidas nessa quinta rodada.

### Sessões

- Novas concessões e descrição da quinta rodada de licitações da ANP;
- Nova estrutura fiscal e regulatória afetando os investimentos de acordos futuros;
- Modelos de rodadas de licitações – impacto das mudanças nas independentes;
- Participação e conteúdo nacionais;
- Relações de parceria para novas propostas.

Realização



Apoio

**INFO PETRO**

[www.thecwcgroup.com/conferences](http://www.thecwcgroup.com/conferences)



**10 & 11 de Março de 2003**

The Sheraton Rio Hotel, Rio de Janeiro, Brasil

A **Global Pacific & Partners** convida todos à nona conferência **Latin Oil & Gas 2003**.

Para maiores informações: <http://www.petro21.com/events/>

Apresentações: ANP, Shell, Phillips do Brasil, Sociedade Brasileira de Geofísica, GAIA, Amerada Hess, Ocean Energy, Waterous International, Petrobras, Syntroleum, Compagas, Universidade de Sao Paulo, ARPEL, Inelectra, Ecopetrol, Sipetrol, Ministério de Energia (México), Staatsolie (Suriname), Ministério das Minas e Indústria de Energia (Trinidad & Tobago)

Patrocinadores: TN Petroleum, International Herald Tribune, SIPETOL

Taxas

Congressistas: US\$ 995,00

Estatais e governo: US\$ 795,00

Realização



Apoio

**INFO PETRO**

## A Política de Desenvolvimento Sustentável do Grupo Shell e o Desafio de Superar "Padrões Duplos"

**Valeria da Vinha**  
 Profa-Adjunta do IE-UFRJ  
**Paula Rubea B. M. Ebraico**  
 Bolsista ANP/IE-UFRJ

Um dos preços que as empresas multinacionais pagam por serem "grandes" é a acusação de praticarem "padrões duplos" (*double standards*). Como as condições são diferentes em cada país onde operam, observa-se um descompasso significativo ao internalizar inovações e mudanças organizacionais em todas as suas afiliadas. Especificidades na gestão administrativa, bem como nos processos tecnológicos, engendram políticas e rotinas igualmente específicas entorno das quais as operações se realizam. Assim, mesmo quando uma unidade exibe o mesmo nível de desempenho de outra, certamente o faz atendendo a diferentes critérios e metas.

Por trás da sigla Shell, por exemplo, estão três companhias-holdings (Shell Petroleum NV, Shell Petroleum Inc. USA e Shell Petroleum Co. Ltd. UK), além da subsidiária independente Shell Oil Company (EUA). O grupo possui, ainda, as companhias de serviços (Servcos), que fornecem suporte técnico às holdings, e as companhias operadoras (Opcos). Ao todo, a concha, símbolo mundial da empresa, está presente em mais de 130 países.

O grupo Shell é uma empresa completamente integrada, do poço à bombas – as operadoras trabalham na exploração e produção de produtos de petróleo e renováveis, e ainda possui refinarias em boa parte dos países em que opera. Além da produção de combustíveis e lubrificantes, a empresa utiliza 10% do óleo produzido para fabricação de substâncias químicas e polímeros, e possui cerca de 47 mil postos de serviço. Tal diversificação contribuiu para a companhia ser conhecida mundialmente como uma das líderes no setor e conquistar a preferência dos consumidores em 48 países.

Para manter-se competitiva na vanguarda tecnológica, a Shell gasta em média \$715 milhões em P&D por ano. A despeito deste excepcional desempenho, a empresa sofreu uma queda dos lucros nos anos 90, em virtude dos protestos gerados por impactos sócio-ambientais das opera-

ções de duas bases (na plataforma Brent Spar, no Mar do Norte, e na Nigéria). A intensa pressão social repercutiu mundialmente, o que levou a empresa a rever os seus princípios e a sua estratégia corporativa.

A crise de credibilidade vivida pela Shell coincidiu com a eclosão da responsabilidade social corporativa, fenômeno que ajuda a dar uma sobrevida de legitimidade social a uma indústria altamente poluente em todas as fases do seu processo produtivo, com fortes reflexos na qualidade de vida das populações que residem nas áreas de exploração. O que ficou conhecido dentro da companhia sobre a sigla TINA (*"there is no alternative"*) representa a longa trajetória de transformação interna do Grupo em direção a um comportamento social e ambientalmente ético de padrão único.

Em 1997, na recém-nascida "Declaração de Princípios Gerais de Negócios", a Shell estabeleceu padrões para a condução dos negócios que deveriam ser seguidos por todas as afiliadas, visando prepará-las para assumir o desafio da conversão aos princípios pautados na ecoeficiência e na ética corporativa. A partir do escritório central, em Londres, o Grupo comprometeu-se a respeitar os valores sociais e os direitos humanos em todas as regiões onde atua, e a integrar as áreas de Saúde, Segurança e Meio Ambiente de suas companhias e contratadas.

O Grupo estabeleceu como meta que as companhias que administram instalações de alto risco ambiental teriam concluído, ao final do ano 2000, seu sistema de gestão ambiental, devidamente certificado segundo os padrões independentes, tais como a ISO 14000, a Eco-Administração e Esquema de Auditoria européia (EMAS), e do Instituto de Petróleo Americano e da Associação de Manufatura Química. Além disso, todas as companhias deveriam reportar publicamente os resultados alcançados pelo departamento de Meio-Ambiente Saúde e Segurança, e seus relatórios seriam submetidos à auditoria externa independente.

O que representa um enorme desafio, considerando que o Grupo compõe-se de 2.400 companhias.

A empresa lançou mão de algumas ferramentas formais para garantir um concreto envolvimento e compromisso dos seus altos executivos aos princípios corporativos e fazê-los assumir responsabilidades por suas ações. Uma delas, a Carta de Representação, introduzida em 1978, teve sua função adaptada para apoiar a política de Meio Ambiente, Saúde e Segurança. Ela contém várias garantias sobre a integridade com que os negócios estão sendo conduzidos, e sobre a efetividade dos controles financeiros, protegendo a empresa de qualquer instância de subornos ou pagamentos ilegais.

A chamada Carta de Meio Ambiente, Saúde e Segurança - MSS visa assegurar ao público que a empresa se preocupa seriamente com as questões ambientais. Ao assiná-la, o executivo admite que implementou a política de MSS e realizou auditorias independentes assegurando que os procedimentos obrigatórios foram praticados. Outra inovação introduzida, agora dirigida aos responsáveis pelas operações, foi a Carta de Princípios Empresariais que confirma a compreensão dos gerentes sobre a política de MSS e indica como está sendo implementada, considerando, inclusive, indicadores para estimar o grau de conscientização dos empregados na sua aplicação.

Contudo, os resultados previstos não aconteceram no prazo estimado. De fato, os avanços têm sido lentos e irregulares, pois são influenciados por uma gama diferenciada e complexa de fatores, desde aqueles eminentemente internos, relaciona-

dos à trajetória institucional e à trajetória tecnológica específica a cada unidade de produção, até os mais identificados com as características da região nas quais as operações ocorrem.

O fato é que a Shell, assim como todas as empresas incluídas nas categorias de grande, líderes ou globais, sofreram, sofrem, e sofrerão, com os prejuízos do duplo padrão, cujos resultados geram sérios problemas de credibilidade e confiança, prejudicando a identificação da imagem que o consumidor faz da empresa com os princípios de comportamento ético. Isto porque, cada unidade da cadeia, seja ela uma coligada ou uma terceirizada, possui critérios subjetivos de comportamento e, principalmente, uma trajetória histórica particular. Ademais, os recentes escândalos éticos envolvendo grandes corporações põem em risco, e sob suspeita, até mesmo as medidas formais e os instrumentos contratuais, que no mundo dos negócios tinham, historicamente, a função de garantir a integridade institucional da organização.

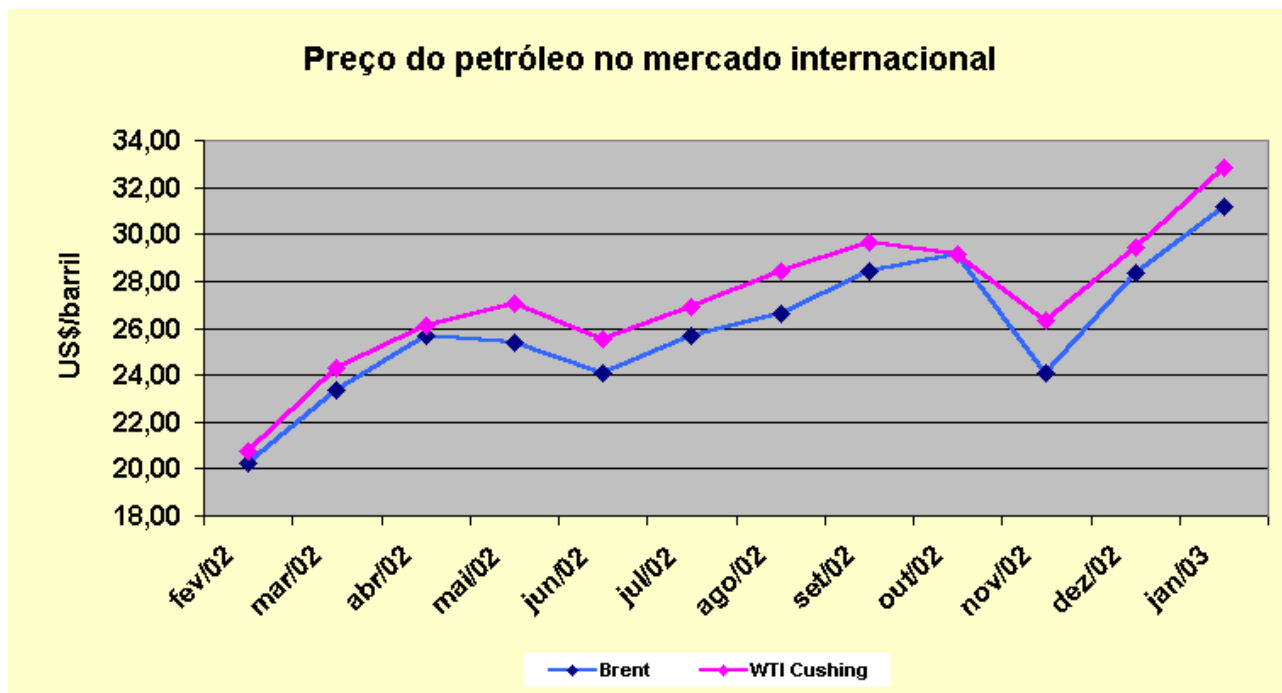
#### Bibliografia:

VINHA, V. "O Desenvolvimento Sustentável e as Empresas Eco-comprometidas", Tese de Doutorado. CPDA/UFRJ. Março de 2000

Para receber o **Boletim Petróleo & Gás Brasil gratuitamente**, nas versões em português e em inglês, basta enviar os seguintes dados para o e-mail [infopetro@ie.ufrj.br](mailto:infopetro@ie.ufrj.br):

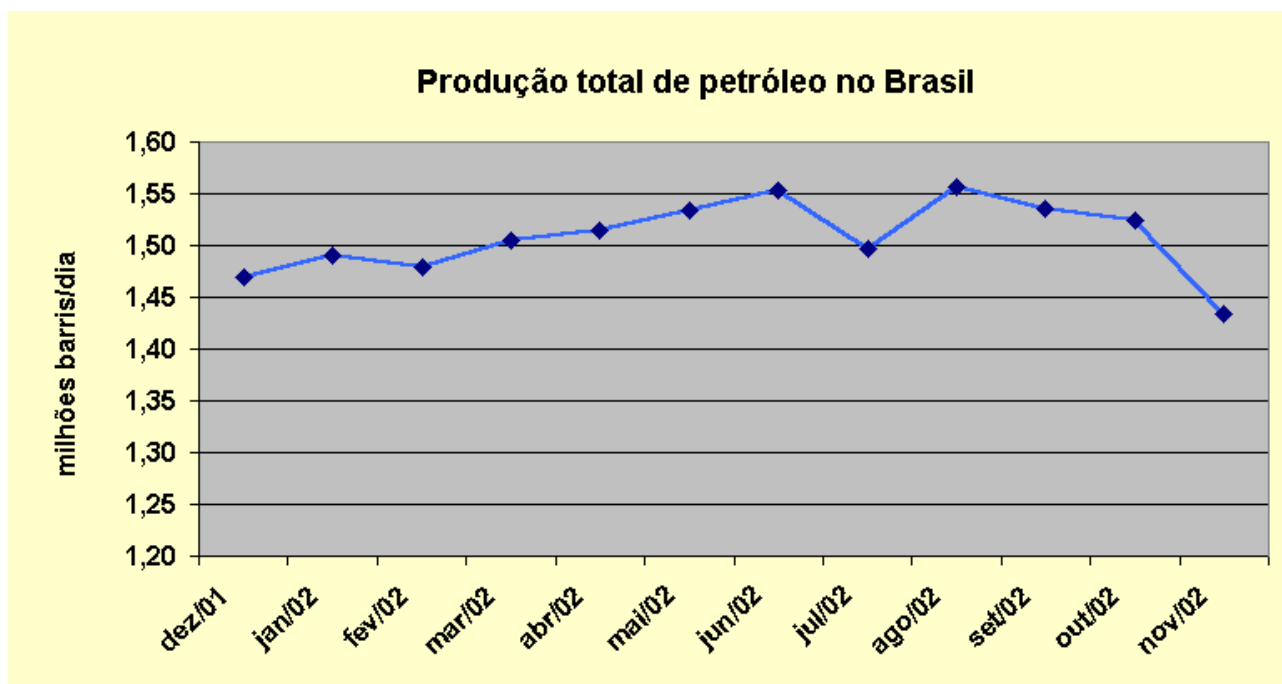
NOME  
E-MAIL  
EMPRESA  
CARGO  
(Telefone e Endereço são opcionais)

Gráfico 1



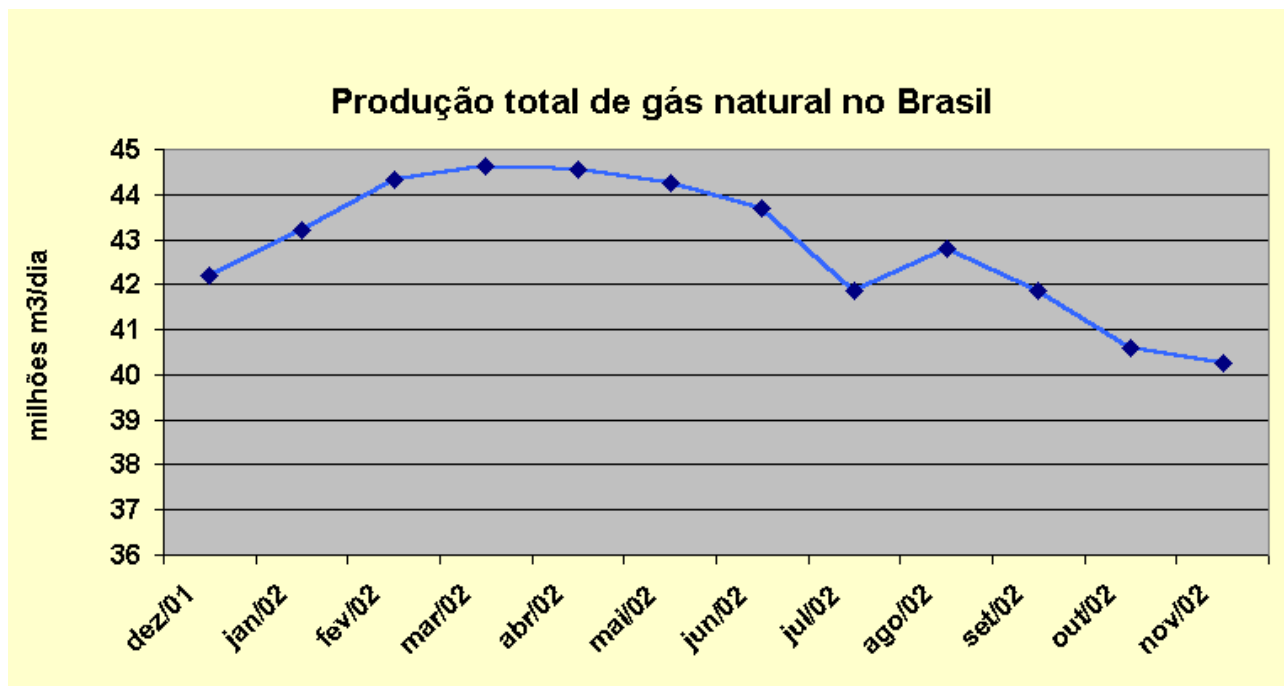
Fonte: EIA

Gráfico 2



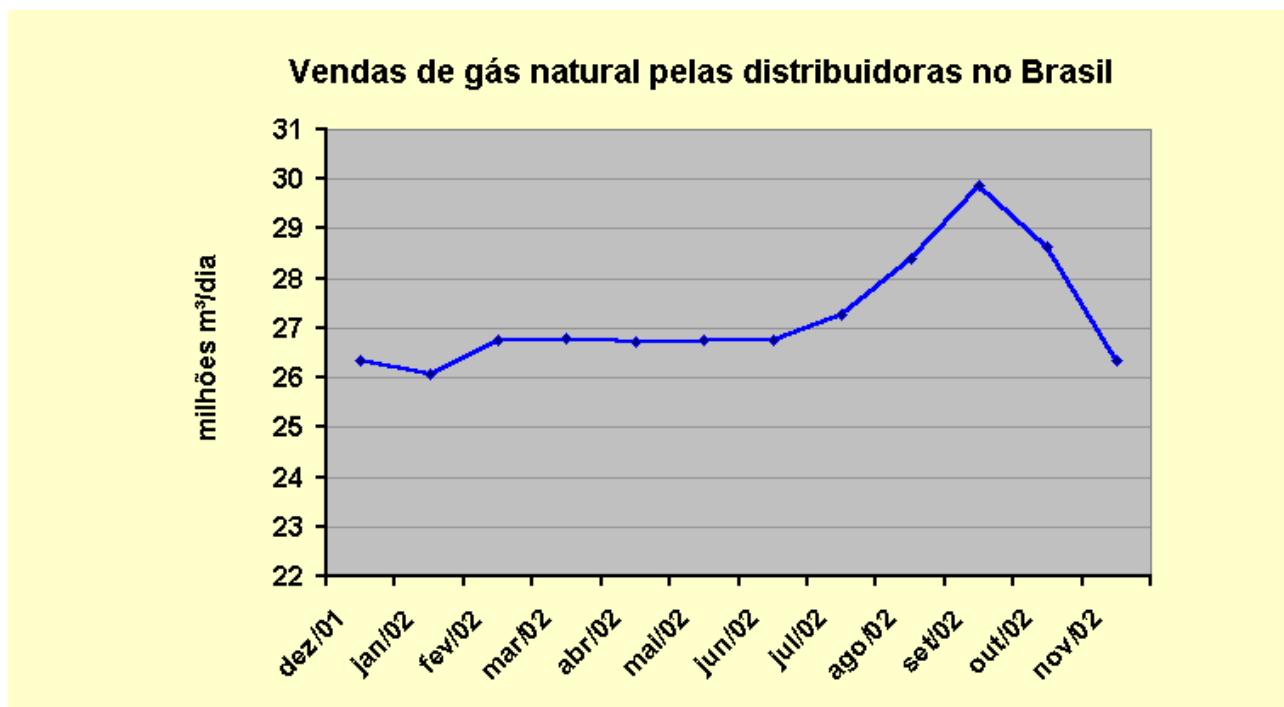
Fonte: ANP

Gráfico 3



Fonte: ANP

Gráfico 4



Fonte: Brasil Energia